

Carolina Maria de Jesus entre o quarto de despejo e a sala de visita

Carolina Maria de Jesus between the trash room and the drawing room

Susana Cristina Ferreira Fernandes
Universidade Federal Fluminense (UFF)
susanafernandes10@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0007-4787-8346>

RESUMO

O presente artigo propõe um estudo dos livros *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria volume 1: Osasco*, de Carolina Maria de Jesus. Mais especificamente, os lugares nomeados pela autora como “Quarto de despejo”, a favela do Canindé, e “Sala de visita”, casa de Osasco mais os espaços sociais frequentados como escritora. A transição da catadora de recicláveis para autora reconhecida é um elemento-chave, mas sua luta pela identidade é profundamente complicada pelo racismo generalizado. O sucesso lhe permite acessar à alta sociedade paulistana, simbolizada pela “sala de visitas”, mas este acesso revela-se fugaz e condicional. Assim, Carolina, que sai do “quarto de despejo” apedrejada e sem aceitação genuína na “sala de visita”, passa a habitar a fronteira entre esses dois espaços.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; quarto do despejo; sala de visita; fronteira; identidade.

ABSTRACT

This article proposes a study of the books *Quarto de despejo* and *Casa de alvenaria volume 1: Osasco*, by Carolina Maria de Jesus. More specifically, the places named by the author as “Quarto de despejo”, the Canindé favela, and “Sala de visita”, the house in Osasco more the elite social spaces she frequented as a writer. The transition from waste picker to recognized writer is a key element, but her struggle for identity is deeply complicated by widespread racism. Success allows her access to São Paulo's high society, symbolized by the “drawing room”, but this access proves to be fleeting and conditional. Thus, Carolina, who leaves the “eviction room” stoned and without genuine acceptance in the “drawing room”, inhabits the border between these two spaces.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; trash room; drawing room; frontier; identity.

INTRODUÇÃO

A fronteira é o limite que separa dois países ou espaços em um país, como, por exemplo, estados e cidades. Quase sempre, espaços políticos que compartilham o mesmo limite impõem regras e normas para determinar quem pode, ou não, adentrar esses espaços, que separam entre o “nós” e “eles”. Iuri Lotman, no texto “O conceito de fronteira”, fala sobre a divisão em espaços fronteiriços:

Toda cultura começa com divisão do mundo em espaço interno (“seu próprio”) e espaço externo (“deles”). O tipo de cultura define como essa divisão binária será interpretada. No entanto, a divisão em si é universal. A fronteira pode separar os vivos dos mortos, os povos sedentários dos nômades, cidades das estepes; possuir um caráter estatal, social, nacional, religioso ou algum outro (Lotman, 2016, p. 243).

Migrar de um espaço para outro, para aqueles que procuram abrigo devido à guerra, à fome ou à perseguição política, significa a possibilidade de mudança de vida e novas oportunidades. Porém os imigrantes podem enfrentar problemas no país receptor como falta de políticas de acolhimento, barreira linguística e xenofobia. Assim, em tempos de extremismo, a fronteira torna-se mais politizada do que nunca. Para Stefania Chiarelli e Godofredo de Oliveira Neto, na apresentação do livro *Falando com estranhos: o estrangeiro e a literatura brasileira*, a troca de país e de língua pode ser um processo doloroso:

Ultrapassar os limites de um país e adentrar outro, carrega vasto conteúdo simbólico, e o gesto do carimbo no passaporte, historicamente, pode equivaler à possibilidade de inaugurar uma nova vida. Excluídas as viagens turísticas, de lazer ou negócios, a troca de país, de língua e de cultura em geral se dá com alguma dor (Chiarelli; Oliveira Neto, 2016, p. 7).

A mudança de cultura, de língua, de costumes pode ser um processo difícil, assim como começar uma nova vida. Sem auxílio, a vida no novo país, para os imigrantes, é quase impossível. Dessa forma, por mais que se integrem à cultura e à língua daquele lugar, serão sempre vistos como estrangeiros. Para Edward Said, em “Reflexões sobre o exílio”, “[...] um estrangeiro perpetuamente assombrado e sozinho numa sociedade que não o compreende” (Said, 2003, p. 52).

Pensando no contexto histórico-social brasileiro, os estrangeiros africanos trazidos no período do Brasil colônia na condição de escravizados e tratados como mercadoria eram classificados como pessoas inferiores pela biologia, ideia que corroborava a supremacia entre as raças. O período colonial durou mais de trezentos anos e, mesmo após a abolição da escravatura, os negros eram tratados como pessoas de segunda classe, persistindo os padrões de desigualdade social.

De acordo com Lilia Katri Moritz Schwarcz, no livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, “Se a presença de negros em espaços de prestígio social já era vedada, ou muito dificultada pela escravidão, permaneceu bastante incomum no começo de nossa história republicana” (Schwarcz, 2019, p. 31). Com o passar do tempo, as teorias biológicas raciais foram entendidas como equivocadas, mas “[...] ainda utilizamos a noção de ‘raça social’; aquela que é criada pela cultura e pela sociedade no nosso cotidiano” (*idem*, p. 32). Estas teorias perpetuam no imaginário popular e “[...] não terminam com simples troca de regime; elas ficam encravadas nas práticas costumeiras e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e estratificação” (*ibidem*).

O racismo relega aos negros o lugar do outro, do estranho/estrangeiro. Para Neusa Santos Souza, no livro *Tornar-se negro*, o estrangeiro é o outro em muitos sentidos: “O estrangeiro é o outro do familiar, o estranho; o outro do conhecido, o desconhecido; o outro do próximo, o distante, o que não faz parte, o que é de outra parte” (Souza, 2021, p. 121). O negro vive em um mundo construído pela ótica da branquitude. A partir do momento em que o europeu cria o sujeito, se apropria dele na identificação e todo o parâmetro para o diferente passa a ser o não homem e o não branco. Assim, o corpo negro é marcado como o estranho, o desconhecido, o distante e o que não faz parte. Como explica a autora:

É a autoridade da estética branca que define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, em que os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados hegemonicamente por brancos. É ela que afirma: “O negro é o outro do belo”. É essa mesma autoridade que conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros (*idem*, p. 59).

Ser tratado como o “outro” dificulta a manutenção da identidade, que está intimamente ligada à questão da cidadania, negada aos sujeitos fronteiriços. Para Lélia Gonzalez (2020, p. 235), no texto “A cidadania é uma questão étnica”, com o fim da

escravatura, o negro sai do centro da produção econômica para periferia. Na República, há uma percepção de que a cidadania que foi dada é puramente formal, de papel.

Historicamente, houve uma tentativa de apagamento da identidade negra, como a imposição de assimilação da cultura da branquitude. De acordo com a professora Ynaê Lopes dos Santos, no livro *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*, mesmo com o fim da escravidão, o racismo continuou como mecanismo de exclusão social associado a políticas de embranquecimento. A vinda de imigrantes europeus foi estimulada com o objetivo de depuração da raça, através do cruzamento interracial, para médio e longo prazo.

No início do século XIX não era novidade os altos índices de negros e mestiços na composição da população brasileira. Indivíduos que, de acordo com a ideologia racista da época, faziam parte de raças inferiores. Desta feita, o que esteve por trás da migração europeia era o desejo de “melhorar” o Brasil, racialmente falando. As elites do Império acreditavam que a maior presença de brancos europeus ajudaria a alavancar o processo civilizatório da nação. E, para tanto, políticas foram desenhadas e dinheiro público foi investido em diversas tentativas de atrair europeus para o país, o que foi ganhando mais peso à medida que o fim da escravidão se consolidava (Santos, 2022, p. 191).

Como as políticas de embranquecimento, com a imigração europeia, não tiveram êxito, segundo Santos, no governo de Getúlio Vargas, 1930-1945, outros mecanismos foram utilizados. “Se não era possível transformar o país branco por meio do controle de reprodução da sua população, a ‘raça brasileira’ seria depurada com um embranquecimento comportamental” (Santos, 2022, p. 227). A escola, como Aparelho Ideológico do Estado¹, foi utilizada para esse fim. Os currículos escolares eram voltados para o ensino baseado na cultura e nos valores civilizatórios eurocêtricos (*ibidem*).

Outro mecanismo era a exaltação do fenótipo de beleza da branquitude, tido como ideal e reforçado em concursos de beleza. Por outro lado, a população não branca era vista como exótica (Santos, 2022, p. 229). Além do corpo, a capacidade intelectual do negro também era contestada, haja vista a exclusão de escritores negros do cânone literário

¹ Louis Althusser, no livro *Ideologia e Aparelho Ideológico de Estado*, aponta dois tipos de aparelhos, repressivo e ideológico, ambos funcionam com base na repressão de corpos em níveis diferentes, influenciando o modo como o conhecimento é produzido e sujeitando os indivíduos a serviço das classes dominantes. O primeiro é o Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que compreende as instituições: o Governo, o Exército, a Polícia, as Prisões etc. E o segundo é o Aparelho Ideológico de Estado (AIE), que funciona pela ideologia e se apresenta em instituições distintas e especializadas para construção de saber, por exemplo: a família, a escola, a igreja, a cultura etc. O Aparelho Repressivo garante as condições políticas para o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1970, p. 43).

brasileiro, como Carolina Maria de Jesus e Lima Barreto e a incorporação da figura embranquecida de Machado de Assis. Tais procedimentos colocam o corpo não branco no lugar do “outro”, do estrangeiro, exaltando os valores e a cultura da branquitude e excluindo qualquer outro tipo de raça e de cultura.

Os processos de exclusão da figura do negro dos espaços políticos formam uma sociedade que acredita nos valores da branquitude. A falta de representatividade produz uma identidade negra que não se reconhece como bela e que não se entende como capaz de ocupar os espaços de poder. De acordo com Gonzalez (2020, p. 240), “[...] a cidadania do negro é uma cidadania estilhaçada, é uma cidadania dilacerada, uma vez que a questão da identidade está aí colocada também no sentido da vergonha de ser negro, no sentido de ir buscar outras”.

Carolina Maria de Jesus, que era uma catadora de recicláveis e habitava o “quarto de despejo”, lugar socialmente marginalizado, a partir do momento em que passa a ser escritora, cruza a fronteira e ocupa a “sala de visita”. Esses espaços foram apropriados e renomeados pela autora e demonstram uma observação de mudança de política de conservação e assistência social do ponto de vista do marginalizado: “... Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade inteira é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32).

A escritora registrou sua vida no barraco número 9 da Rua A, na favela do Canindé, em São Paulo. Mesmo de forma precária e nos dias de fome, Carolina não deixava de escrever seus diários. Ela relata também o cotidiano como catadora de papéis em trânsito pelas ruas e avenidas da capital, buscando o ganha-pão. Até que o acaso colocou o jornalista Audálio Dantas em sua vida e a ajudou a lançar seu livro, *Quarto de Despejo*, que se tornou *best-seller*, sendo traduzido para quatorze idiomas.

Ao ser publicada, a catadora de papéis que transitava de forma invisível pela grande São Paulo passa a ser vista com exotismo. O sucesso lhe permite acessar a “sala de visita” da alta sociedade paulistana, mas não a permanência, pois o racismo impossibilita o reconhecimento de sua identidade como escritora, colocando-a sempre na condição de mulher negra e favelada. Assim, Carolina, que sai do “quarto de despejo” apedrejada e não é bem-vinda na “sala de visita”, passa a habitar a fronteira entre esses dois espaços. Para Said, na fronteira entre “nós” e os “outros” haverá sempre o perigo do

não-pertencimento, para onde, em tempos primitivos, pessoas eram banidas. Na modernidade, permanecem como refugiados e pessoas deslocadas (Said, 2003, p. 50).

QUARTO DO DESPEJO

O nome “quarto do despejo”, dado pela escritora, refere-se não só a todo o lixo descartado no espaço, como também ao descarte de pessoas de outras ocupações, de favelas ou moradores em situação de rua. A expansão imobiliária formou uma multidão de despejados, que foram morar nas favelas. De acordo com Tom Farias, em *Carolina: uma biografia*, a escritora morou em cortiços, prédios abandonados e debaixo de viaduto, sendo despejada de todos os espaços. Porém, não foi direto para a favela do Canindé. Grávida, abrigou-se em um hotel, provavelmente uma ocupação. Com medo de perder a criança, no final de 1948 conseguiu a cessão do terreno pela prefeitura e construiu sozinha seu barraco com restos de madeira doados por uma igreja, os quais ela carregava na cabeça e a pé (Farias, 2018, p. 154-155). Na favela, a catadora não tinha uma boa relação com alguns moradores. Havia uma sensação de deslocamento ao integrar esse espaço e um desejo de mudança, como na passagem abaixo:

Terminaram a refeição. Lavei os utensílios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. E só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (Jesus, 2014, p. 22).

Carolina lia jornais e livros catados nas ruas e usava cadernos descartados para escrever seus diários, histórias e poemas. De acordo com Farias, o gosto pela literatura nasce logo após ela aprender a ler, ainda na escola. Como ninguém da família era alfabetizado e como não tinha livros em casa, ela pediu emprestado ao vizinho o romance *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, para ler. Este foi o primeiro dos muitos livros lidos pela autora (Farias, 2018, p. 50-51).

A escritora cursou apenas dois anos do ensino regular, mas, mesmo fora da escola e trabalhando, o desejo de ser escritora surgiu com os registros dos primeiros poemas, ainda na adolescência. Com a desilusão da vida no campo, ela compõe o poema “O colono

e o fazendeiro”², em 1939, escrito como protesto contra a exploração sofrida por ela e sua família na fazenda em que trabalhavam (Farias, 2018, p. 68). Quando Carolina chega a São Paulo, em 1937, para trabalhar na casa da professora Dona Romélia, ela já tinha a intenção de tornar-se poeta (*idem*, p. 113). No entanto, a vida difícil na cidade a levou por caminhos diferentes do idealizado: “...O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada” (Jesus, 2014, p. 147). Despejada é um adjetivo que ela toma para si, pois, assim como os outros moradores da comunidade, Carolina foi despejada de vários lugares antes de morar na favela.

A vida da escritora nunca foi fácil. Sozinha, mãe de três filhos pequenos e tendo que alimentar a família, muitas vezes passava fome, ou só ganhava o suficiente para comer. Carolina viu a miséria de perto, o que para ela era palpável. A catadora entendia as mazelas que a colocavam nesse lugar social.

...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome! (Jesus, 2014, p. 54).

A fome e a miséria eram presenciadas pela catadora. “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (Jesus, 2014, p. 44). Carolina não tinha alimento suficiente para si e para sua família e, na maioria das vezes, saía para catar recicláveis com fome. Para ela, a fome é amarela. “...Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (*ibidem*). O longo jejum afeta os sentidos a ponto de pintar o mundo de amarelo, quando a fome é saciada, a vida se torna colorida.

² O poema foi publicado pela primeira vez, em São Paulo, no jornal *Folha da Manhã*, em 1940. Posteriormente, ele passou a compor o livro *Casa de Alvenaria* (1961) (Farias, 2018, p. 68).

Sua integração com a comunidade era complicada. Como os filhos ficavam sozinhos, muitas vezes sofriam violência física, ou sua casa era invadida. Carolina usava as armas que tinha: ameaçava colocar os vizinhos em seu livro. Foi dessa forma que ela conheceu Audálio Dantas, jornalista que fazia uma reportagem na favela sobre o mau uso do dinheiro público. Os olhos de repórter acenderam quando ela falou em seu livro.

Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos (Jesus, 2014, p. 20).

De acordo com Farias, a catadora não se mistura com os outros moradores, “Carolina era ‘peça rara’ naquele mundo estranho, tão desajustado e mesquinho” (2018, p. 169). O uso de palavras diferentes das habitualmente usadas pelos moradores dava um ar de soberba para a catadora, que era vista como “negra pernóstica, metida, de nariz em pé” (*ibidem*). O fato de não ficar nas ruas da favela conversando, causava aversão. “Essa antipatia iria se confirmar ainda mais quando ela passa a registrar seus pensamentos e relatos, através do seu diário” (*idem*, p. 170).

Carolina escreve sobre uma favela em movimento, não algo estático e fora da realidade. Há vida, morte, violência, carência de serviços públicos e até mesmo de afeto. O livro em forma de relato causou um impacto enorme na sociedade e colocou os holofotes para este espaço social marginalizado, no entanto não modificou a vida dos que lá habitavam. Para Regina Dalcastagnè, no livro *Carolina Maria de Jesus: uma voz insubmissa na literatura brasileira*:

Daí a composição de um espaço urbano que, feito de barracos e becos, de ruas de terra e esgoto a céu aberto, de lixão e fila no açougue para comprar ossos, só pode ser entendido a partir da vivência e dos deslocamentos daqueles que o povoam. Seus vizinhos da favela, então, nos são descritos como alcoólatras ou trabalhadores, bandidos ou vítimas dos desmandos da polícia, violentos ou acovardados, festivos ou amargurados – muitas vezes são uma coisa e outra ao mesmo tempo. E esse modo de ver pode ser preconceituoso, apreensivo, respeitoso, dependendo da disposição da protagonista e narradora no momento em que fala (ou escreve). Tudo, é claro, ajustado por um viés feminino, que espia pelas frestas do barraco enquanto prepara a comida das crianças [...] (Dalcastagnè, 2023, p. 12).

Depois do lançamento do livro, a escritora ainda residiu na favela por um tempo e recebia muitas visitas de repórteres e fotógrafos interessados na “estranha e exótica

vida” da “escritora favelada”. Por vezes, ela foi ameaçada por moradores que a queriam fora da favela por expor nomes e a vida na comunidade: “[...] O Lalau disse que eu ponho várias pessoas no jornal, mas ele eu não ponho. — Se você me pôr no jornal eu te quebro toda, vagabunda! Esta negra precisa sair daqui da favela” (Jesus, 2014, p. 174). Desse jeito conturbado, Carolina deixa a favela para morar em uma casa de alvenaria, em Osasco, abandonando a vida como catadora de recicláveis para a tão sonhada vida escritora.

SALA DE VISITA

Nas primeiras páginas de *Casa de Alvenaria*, o capítulo “Mudança” narra a agitada saída de Carolina da favela, que, já com tudo arrumado para o deslocamento, recebeu repórteres e fotógrafos, precisando sair para autografar alguns livros. Na volta, soube que alguns moradores haviam mexido nas suas coisas, o que a deixou irritada. Com a mudança no caminhão, algumas vizinhas vieram se despedir e outros se aglomeraram para ver sua partida, que estava sendo filmada, quando a confusão começou. Um grupo de meninos foi impedido de subir no veículo e começou a jogar pedras.

A Leila que envelhece mas é sempre infantil agitou-se, pegou uma pedra e atirou dentro do caminhão. [...] Que confusão. Eu não sei de onde surgiu tantas pessoas para presenciar a minha partida. O chico Kiss e a Nair Mathias xingava-me e diziam: — Você vae embora para não apanhar! [...] Eu disse-lhe: — Estou aqui há doze anos, e vocês nunca espancou-me, pode espancar, eu vou residir em Osasco, [...] Eu temia uma agressão, despedi só da Dona Alice de Barros e Dona Eunice, as duas vizinhas amáveis. Eu estava no centro. Audálio queria que despedisse dos favelados pegando-lhes nas mãos, gesto que eu reprovei, porque a mão do favelado não tem poesia, não tem ternura, não sabe acariciar. [...] Os vizinhos de alvenaria olhavam-me no caminhão acenando as mãos, mas eu vou sentir saudades só da Dona Isaltina, que portuguesa boa! Ela dava comida e roupas para os meus filhos (Jesus, 2021, p. 29).

A agora escritora é reconhecida por seu livro que rapidamente virou um sucesso de vendas: a primeira tiragem, de 10 mil exemplares, esgotou em uma semana (Farias, 2018, p. 227). Carolina, antes catadora de recicláveis, invisível, tornou-se celebridade da noite para o dia. O assédio midiático era intenso em seu barraco. Segundo o biógrafo, a escritora negra e favelada passou a ser vista como um produto exótico e curioso, que proporciona audiência e lucro.

Carolina, como mulher negra e favelada, e agora escritora, se tornou, ao mesmo tempo, um produto “vendável” do jornalismo noticioso e sensacionalista, que tinha nela a garantia de audiência certa, como *objeto de consumo e curiosidade*, mas também como uma peça publicitária da própria Livraria Francisco Alves, que essa particular, percebeu mais a fundo (mais do que Audálio Dantas) o alcance midiático que ela poderia proporcionar, como *elemento estranho*³, provocando a curiosidade pública e também a comiseração por sua história de vida (Farias, 2018, p. 216-217, grifo nosso).

A mulher negra, historicamente objetificada, é colocada como última em importância numa escala social hierárquica criada pela branquitude e baseada pela raça, utilizando a lógica escravista, como avalia bell hooks no texto “Desvalorização continuada da natureza feminina negra”. Esta hierarquia autoriza a violência contra a mulher negra, fundamentada no seu grau de relevância para a sociedade. Tal mito dificulta a criação de uma identidade fora do estereótipo, que atribui valor pelo corpo e não pelo intelecto (Hooks, 2020, p. 93). Quando um corpo negro favelado, como o de Carolina, rompe o conceito socialmente aceito, que coloca a mulher negra no lugar servil, é visto como exótico, fortalecendo o consumo de sua obra e de sua imagem pela curiosidade. De acordo com bell hooks:

Todos os mitos e estereótipos usados para caracterizar a natureza feminina negra tiveram as suas raízes na mitologia anti-mulher. No entanto, eles formaram a base da maior investigação crítica à natureza da experiência das mulheres negras. Muitas pessoas tiveram dificuldade em apreciar as mulheres negras como nós somos devido à avidez em impor uma identidade sobre nós, baseada num sem número de estereótipos negativos. Os esforços de disseminação contínua de desvalorização da natureza feminina negra tornaram extremamente difícil e frequentemente impossível às mulheres negras desenvolverem um autoconceito positivo (Hooks, 2020, p. 93).

Na época do lançamento, houve uma pressão editorial que visava a manutenção da imagem de Carolina como favelada e analfabeta. De acordo com Dalcastagnè, os subtítulos “diário de uma favelada”, em *Quarto de despejo*, e “diário de uma ex-

³ Sigmund Freud, no texto “O inquietante”, título original *Das unheimliche*, que também pode ser traduzido como “O estranho”, teoriza sobre aquilo que pode ser visto como inquietante a partir da ficção fantástica *O homem da areia* (1817), do autor alemão Ernst Theodor Amadeus Hoffmann (1776-822). Primeiramente o psicanalista afirma seu interesse no campo da estética o qual ele entende não como uma simples teoria da beleza, mas a teoria da qualidade do sentir. E acrescenta: “‘O inquietante’ é um desses domínios. Sem dúvida, relaciona-se ao que é *terrível*, ao que *desperta angústia e horror*, e também está claro que o termo não é usado sempre num sentido bem determinado, de modo que geralmente equivale ao angustiante” (Freud, 2010, p. 248, grifo nosso). Por fim, conclui que “algo é assustador justamente por não ser conhecido e familiar” (*idem*, p. 250).

favelada”, em *Casa de alvenaria*, foram usados como forma de manutenção da marginalização de seu lugar social e de seus textos, vendido sempre como testemunho e nunca como efabulação. Obras posteriores tiveram seus títulos alterados de “Um Brasil para brasileiros” para *Diário de Bitita* e de “A felizarda” para *Pedaços da fome*. “Em todos os casos, o movimento é na direção de reforçar o caráter testemunhal dos livros da escritora” (Dalcastagnè, 2023, p. 16). À Carolina cabia somente a escrita de diários, visto como gênero literário menor em relação a outros gêneros aceitos pelo cânone.

Por isso, também, a insistência em se divulgar fotos de Carolina Maria de Jesus mal-arrumada, com um lenço na cabeça, tendo como fundo a favela. Nas orelhas, apresentações e posfácios de seus livros ela é frequentemente chamada de semianalfabeta, por exemplo, ou apontada como alguém que fala com o coração e com sinceridade, apagando, assim, toda a elaboração formal e toda a fabulação de seus textos. Isso quando o racismo não é escancarado (Dalcastagnè, 2023, p. 62).

A presença de uma escritora negra e favelada incomodou o meio literário e os jornais. De acordo com Farias, a escritora era vista como uma mulher suja e favelada. Com o sucesso dos livros, “[...] Carolina agora era descrita como ‘ex-favelada e rica’. O êxito de *Quarto de despejo*, que superou escritores consagrados, como Jorge Amado, era disputado por programas de televisão e noticiários sensacionalistas” (Farias, 2018, p. 227-228). A imensa rotina de fotos, autógrafos, jantares e condecorações não ocultaram a frieza com que foi recebida pela imprensa, como ela narra em *Casa de alvenaria*:

Alguns críticos dizem que sou pernóstica quando escrevo [...] será que o preconceito existe até na literatura? O negro não tem o direito de pronunciar o clássico? Quando eu era empregada doméstica as patroas despedia-me porque eu falava o clássico, e continuo falando. Resolvi não ligar com o que falam da minha pessoa (Jesus, 2021, p. 69).

Nos jornais, as classificações como “escritora favelada” e “semianalfabeta” a incomodavam. “Queixei para o jornalista, que vou desistir da imprensa. Ele disse-me: — A senhora entrou no mar, precisa ter cuidado com as ondas. — E que ondas, pensei” (Jesus, 2021, p. 79). A imprensa fazia de tudo para incomodar, trocava seu nome e a chamavam de “Maria de Jesus”. Tentava confundi-la diante da opinião pública, no entanto a venda de seu livro só crescia, assim como as traduções para outras línguas. Esse período foi extremamente complicado para a escritora, que não foi preparada para este embate, como explica Farias:

O período é difícil para Carolina, porque, no plano geral, estes ataques não estavam relacionados exatamente com a qualidade de sua literatura, que muitos dos que criticavam não leram, mas sim contra a sua condição social, de mulher negra, moradora de favela - era o preconceito contra alguém que, pelo seu protagonismo, sua isolada ação empreendedora, ascendia socialmente, e por justo merecimento, por sua luta, seu grande esforço e sacrifício, por sua dor, por seu sofrimento e de sua família, no caso os seus três filhos pequenos, aos status da alta escrita e da intelectualidade (Farias, 2018, p. 235).

Vários procedimentos para manutenção do espaço de poder foram empregados com intuito de desqualificar, embranquecer ou silenciar as vozes dos escritores negros, entre eles o endossamento de escritores brancos para que escritores negros publicassem, ou o embranquecimento de escritores negros. Entretanto, os que ousaram falar sobre as relações raciais causaram fissuras no sistema literário hegemonicamente branco e masculino. Cuti, no livro *Literatura Negro-Brasileira*, explica que quem fura o bloqueio acerca da construção do texto paga um preço: “Pagar o preço pela ousadia de tentar propor a mudança de hábitos de escrita cristalizada e pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área” (Cuti, 2010, p. 51). Acrescenta:

Quando o escritor negro, pela primeira vez, quis dizer-se negro em seu texto, deve ter pensado muito na repercussão, no que poderia atingi-lo como reação ao seu texto. Dizer-se implica revelar-se e, também, revelar o outro na relação com o que se revela. O branco, como recepção do texto de um negro, historicamente foi hostil. Vencer essa hostilidade lastreada na postura de quem não se dispõe a dividir o poder com alguém que, por quatro séculos, teve o mínimo de poder é a grande aventura do escritor negro que se quer negro em sua escrita. Entretanto, acomodar-se a essa hostilidade pode ser uma estratégia ou uma renúncia. Ou seja, não dizer-se negro para ser mais bem aceito e, assim, sofrer menor restrição social, é um caminho trilhado por muitos negros que escreveram e escrevem (Cuti, 2010, p. 51-52).

Carolina rompe os parâmetros previamente estabelecidos de escrita ao se reconhecer como escritora e produzir seus textos do ponto de vista de mulher negra e favelada, porém, assim como outros escritores negros, precisou ser endossada por um jornalista branco, que ficou responsável por sua publicação e seu dinheiro. Sem Audálio, ela jamais seria publicada, ainda que tentasse, como ela denuncia, “Eu disse-lhe que o meu sonho era escrever, suplicava os editores para publicar meus livros. Eles recusavam e diziam que eu devia escrever no papel higiênico” (Jesus, 2021, p. 82).

Ao ser endossada pelo discurso de autoridade de um jornalista branco, o direito à construção de sua identidade como escritora é negado. Ainda que Carolina comunique

seu lugar político de escritora, como mulher negra e favelada, ela sempre será reificada e terá a autoridade do discurso negada. Tais marcadores sociais a colocam no lugar do outro, do estrangeiro, do exótico e não legitimam seu reconhecimento social de intelectual, como explica Neusa Santos Souza:

[...] as inúmeras barreiras à conquista da ascensão social encontradas pelo negro contribuíram para ampliar o fosso que o separa de sua identidade enquanto indivíduo e enquanto grupo. Herança da sociedade escravocrata, a desigualdade racial, que colocava o negro a reboque das populações nacionais, era preservada e reforçada pelo preconceito de cor que funcionava como mantenedor da hegemonia branca nas relações inter-raciais (Souza, 2021, p. 51).

A invalidação do seu discurso se dá não só pela raça e pela classe, mas também pela linguagem. O registro da língua diferente da norma culta foi considerado erro, quando em outros autores, da mesma época, é considerado estilo de escrita. Para Conceição Evaristo, no texto “Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus”, o registro da língua diferente da norma padrão foi considerado como mal escrito, porém, numa leitura mais cuidadosa, observa-se “um sujeito de criação consciente de que escrever é um exercício de linguagem, motivo pelo qual a autora se empenha em fazer escolha das palavras com tanto afínco” (Evaristo, 2021, p. 14). E acrescenta:

Ela arquitetou seu estilo a partir de um material linguístico variado, buscando os registros oferecidos pelos compêndios gramaticais da língua portuguesa, lendo os poetas parnasianos, deixando-se seduzir por expressões raras e algumas até arcaicas, como “abluir”, “nivear” [...] Seu estilo era capturado pelo sotaque mineiro e por termos muito usados nas Gerais — “minino”, “ritira” [...], denunciava trazer em si o “pretuguês”, trocando o “l” pelo “r” (“impricante”) — [...], e ainda incluía a criação de neologismos” (Evaristo, 2021, p. 14).

Contudo, existem procedimentos para controle do discurso, que de acordo com Foucault, em *A ordem do discurso*, cria regras e delimita o acesso. “Ele reduz a uma só figura todas as coerções do discurso: às que limitam seus poderes, às que determinam suas aparições aleatórias, às que selecionam os sujeitos que falam” (Foucault, 2014, p. 35).

Todo discurso é ligado ao exercício de poder, mas nem todos têm o direito de proferi-lo, é necessário seguir regulamentos, cujo objetivo é o controle. Por estar em uma

instância de poder, o discurso passa a ser exclusivo para determinado grupo social. Numa sociedade que traz o racismo como uma tecnologia de exclusão, os pontos principais para determinar o discurso de autoridade são a raça, a classe e o gênero. O silenciamento das vozes negras, por conta do racismo, vai para além do lugar social marcado na estrutura de classe, penetra nos Aparelhos Ideológicos de Estado, incluindo a cultura. Assim, no sistema literário brasileiro hegemonicamente branco e masculino os únicos autorizados a falar são seus pares. À vista disso, Carolina, mulher negra e favelada, é triplamente silenciada.

Depois de tanto embate com a mídia, agenda apertada de trabalho, problemas na relação com Audálio, a escritora começa a se desencantar com vida na “sala de visita”. Em *Casa de Alvenaria*, ela relata uma conturbada viagem ao Rio de Janeiro com seus filhos, na qual a governanta do hotel Copacabana Palace diz que seus filhos vieram do inferno. Na manhã seguinte, a governanta volta e pergunta se ela tem dama de companhia e a conversa segue até Carolina deixar o hotel com seus filhos:

Eu sou ex-favelada, não tenho nada. Vivem primitivamente. Estou arranjando dinheiro para comprar uma casa. As minhas posses não dá para eu comprar os artigos de luxo que às burguesas ostentam. __ O que é que senhora faz? __ *Vou estudar mais um pouco e quero ser escritora!* __ A senhora não pode estudar e escrever com estes meninos. Cuidado com o espelho! Não deixe a torneira aberta. Pensei: meu Deus do céu! Para viver aqui, com tantas recomendações, eu vou ficar louca! Vou voltar pra São Paulo a pé - Comecei arrancar as roupas na mala. Preparei os filhos e sai do hotel chorando. [...] *Se eu soubesse que a minha vida ia ficar tão confusa assim, eu continuava na favela catando papel* (Jesus, 2021, p. 174, grifo nosso).

Nesta passagem, apesar do desentendimento devido a seus filhos, Carolina indica que precisa estudar mais para ser escritora. Por certo, há uma frustração, pois o reconhecimento volta para o campo do desejo, ela acredita que necessita estudar mais e utilizar a norma culta da língua para ser reconhecida como tal, quando há outros impedimentos. Explica Frantz Fanon, no livro *Pele negra máscaras brancas*, que, no domínio da linguagem, está a possibilidade de reconhecimento, “Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33). Ele se refere à língua francesa em relação à língua crioula antilhana. Porém, no caso de Carolina, ainda que ela fale a língua portuguesa, do colonizador, o reconhecimento não se daria somente a partir do domínio da língua na norma culta, mas da identificação como igual. Para o psiquiatra, a luta pelo reconhecimento recíproco passa pelo desejo de não ser o “outro”.

Peço que me considerem a partir do meu Desejo. Eu não sou apenas aqui-
agora, enclausurado na minha coisidade. Sou para além e para outra coisa.
Exijo que levem em consideração minha atividade negadora, na medida em
que persigo algo além da vida imediata; na medida em que luto pelo
nascimento de um mundo humano, isto é, um mundo de reconhecimentos
recíprocos (Fanon, 2008, p. 181).

Toda a dificuldade vivida para cuidar de seus filhos e o não reconhecimento do seu lugar social de escritora a deixam confusa. A ideia de voltar para a favela, mesmo com toda precariedade e hostilidade do lugar, parece reconfortante.

Para Souza, “A história da ascensão do negro brasileiro é, assim, [...] a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação” (Souza, 2021, p. 530). Em outras palavras, para ascender socialmente, o negro precisava renunciar a sua identidade negra. Seu reconhecimento é inversamente proporcional à negação dessa identidade. Quanto mais embranquecido, mais socialmente aceito. No caso de Carolina, o estigma de mulher negra favelada não tem como ser negado; logo seu lugar social de escritora não é legitimado, ainda que ela aprenda a norma culta da língua.

Após mudar-se do hotel Copacabana Palace para o hotel Serrador, Carolina encontra-se com Audálio, Paulo Muniz e David St. Clair. Ainda nervosa com o acontecido em relação a seus filhos, ouve do jornalista:

Audálio disse-me que eu devia estar alegre com o sucesso do livro. [...] —
Porque saíste do hotel? — Não adianta explicar-te! Você não compreende-me.
Quem me compreende é Dr. Lionel Brizola. Eu vou morar no Rio Grande do
Sul. Os gaúchos são amáveis, agradáveis e inesquecíveis. Assustei com a voz
nervosa do Audálio: — Filha da puta! Foi o Brizola quem selecionou os
trechos do teu Diário e publicou? Mal-agradecida! O Paulo Muniz interferiu-
se, contando anedotas. Eu sorri e fui acalmando-me (Jesus, 2021, p. 175).

A explosão de Audálio demonstra impaciência e um pouco de ciúmes, pois Carolina relata, no livro, um relacionamento mais íntimo com David St. Clair, jornalista da revista *Time*. Na primeira edição de *Casa de Alvenaria*, de 1961, o prefácio é escrito por Audálio Dantas e há explicações acerca de sua agitada relação com a escritora. Em todo o texto, ele enfatiza o olhar de favelada para a “sala de visita” da qual ele faz parte e ela não:

A gente de alvenaria contribuía, assim, para as contradições do retrato que Carolina fazia, com olhos de favelada, da sala de visitas. A sua capacidade de observação, aliada à sua capacidade de concluir, serviu, porém, para que apanhasse no meio desta feira de vaidades aspectos bastante significativos, nem sempre observados por nós. Por exemplo, os compromissos dos que escrevem, quase sempre tolhidos em sua liberdade pelo jogo infernal de interesses (Dantas, 1961, p. 7).

Carolina começa a entender o espaço de poder, no qual adentrou: “Eu ainda não habituei com esse povo da sala de visita. Uma sala que estou procurando um lugar para sentar...” (Jesus, 2021, p. 94). Dantas começa a pressioná-la para escrever um novo diário, ainda que ela deseje escrever outros gêneros. “Não estou tranquila com a ideia de que devo escrever o meu diário da vida atual. Escrever contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me. [...] Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada. Escrevendo contra a burguesia podem enviar-me um tiro” (*idem*, p. 144). Estes trechos demonstram que a escritora entende que não tem lugar nem na “sala de visita” nem no “quarto de despejo”, além disso, escrever sobre pessoas poderosas pode ser perigoso.

Pessoas de diversos lugares vinham pedir dinheiro à Carolina para coisas diversas, como comprar uma casa, por exemplo. Muitas vezes, ela cedia, mas as mentiras para conseguir o dinheiro a aborreciam. “O preto continua dizendo que precisa do dinheiro para dar como fiança hoje, porque ele vae fazer o exame hoje. — Ele mente. Ele não tem emprego. E não vae dar deposito em parte alguma” (Jesus, 2021, p. 77).

Outro ponto que a incomodava era a quantidade de comida nas festas, enquanto pessoas passavam fome. Para a escritora, a miséria no “quarto de despejo” era tangível, de repente sair de uma vida de carência e fome para uma vida de abundância causa estranheza e a constatação de que o sofrimento é maior para os menos afortunados.

Comendo aquela comida granfina eu pensava nos favelados que são os paupérrimos do país. E cheguei à conclusão de que quem está na sala de visita não sofre. E se sofre, o sofrimento é suave. [...] Eu que comia nas latas de lixo, hoje... almoço nos restaurantes de luxo (Jesus, 2021, p. 43).

Carolina sempre defendia seus filhos, falar mal deles a afetava, como vimos. Desde que chegou à casa de alvenaria, em Osasco, este era um problema pontual, incluindo brigas com vizinhos.

[...] Os filhos estavam em completo abandono e queixo-me que o vizinho dos fundos espancou-os porque eles pularam o muro. É que o vizinho é implicante.

Eles não atinge o muro do vizinho. O homem xingou os meus filho disse-lhes que nós vagabundos que estamos habituados a comer coisas do lixo. Não preocupei com as confusões porque a humanidade é tão nojenta que é melhor silenciar-se diante de certas atitudes (Jesus, 2021, p. 61).

Sempre que saía, ficava preocupada com os filhos e com o que poderia acontecer. Não podia confiar na empregada doméstica, que a tratava com racismo e não cuidava direito da casa e nem dos seus filhos:

A dona Maria trabalha para mim. Quando chega visitas, ela fica descontente e triste murmurando: — Meu Deus do céu... isto é o fim do mundo! Deus está me castigando, o mundo está virando. Eu, branca, ter uma patroa preta! Quem deve ser patrões é os brancos, porque sempre foi assim (Jesus, 2021, p. 191).

Passado o deslumbramento da publicação, cumprir a agenda de autógrafos, cuidar da casa e dos filhos e sem tempo para ler e escrever, Carolina começa a ficar desestimulada da vida glamourosa que sempre sonhou:

Eu queixei para a Dona Rosa que estou cansada de viver. Que invejo os que nascem e morrem. Eu estou desiludida. Ter que cuidar dos filhos, e cuidar da literatura. E suportar homens que querem dinheiro. Ela reanimou-me, percebi que estou enfraquecendo, não tenho aquela energia dinâmica de outrora. Não é idade. É a desilusão! (Jesus, 2021, p. 77).

Carolina Maria de Jesus não teve a vida que sonhou ao publicar seu livro. Embora tivesse sucesso e acesso a espaços sociais da elite, antes inviabilizados, ela encontrou muitas barreiras impostas pelo racismo generalizado, inclusive o não reconhecimento de sua identidade como escritora. Em contrapartida, com a venda do livro, pôde mudar sua realidade de fome e miséria, na qual se encontrava antes da fama.

Na transição do “quarto de despejo” para a “sala de visita”, ela não encontrou um lugar para si, pois sua permanência revelou-se fugaz e condicional. Assim, passou a ocupar o entrelugar, a fronteira entre esses dois espaços políticos e sociais. Nas palavras de Conceição Evaristo a respeito do lugar fronteiro que habita Carolina, “Quando lemos a obra da escritora, apreendemos a imagem de uma mulher em sua errância, em sua busca por um espaço, porém ela não cabia em lugar algum, pois os espaços eram pequenos e incompreensíveis para com ela” (Evaristo, 2021, p. 18).

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução Joaquim José Ramos. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.
- CHIARELLI, Stefania; OLIVEIRA NETO, Godofredo de (Org.). *Falando com estranhos: o estrangeiro e a literatura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
- CUTI, Luiz Silva. “Uma vertente”. In: BENEDITO, Vera Lúcia (Coord.). *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 15-25.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Carolina Maria de Jesus: uma voz insubmissa na literatura brasileira*. 1. ed. Brasília: FUNAG; Instituto Guimarães Rosa, 2023. Disponível em <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1244>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- DANTAS, Audálio. “Casa de Alvenaria: história de uma ascensão social”. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1961. p. 5-10.
- EVARISTO, Conceição; JESUS, Vera Eunice de. “Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus”. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria, volume 1*: Osasco. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 9-23.
- FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Bahia: EDUFBA, 2008.
- FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Editora Loyola, 2014.
- FREUD, Sigmund. “O inquietante”. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e Outros textos (1917–1920)*. Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 249-284.
- GONZALEZ, Lélia. “A cidadania é uma questão étnica”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 232-241.
- HOOKS, Bell. “Desvalorização continuada da natureza feminina negra”. In: HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução Bhuvli Libanio. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. p. 56-93.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria, volume 1*: Osasco. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

LOTMAN, Iúri. “O conceito de fronteira”. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo. In: BORGES FILHO, Oziris (Org.). *O espaço literário: textos teóricos*. Uberaba: Ribeirão Gráfica, 2016. p. 243-258.

SAID, Edward. “Reflexões sobre o exílio”. In: SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-60.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Recebido em: 28/02/2025

Aceito em: 07/06/2025

Susana Cristina Ferreira Fernandes: doutoranda em Estudos de Literaturas - Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense e Bolsista pela CAPES - Mestre em Estudos de Literaturas - Literatura Brasileira e Teoria da Literatura, Especialista em Literatura Infantojuvenil e Licenciatura Letras/Literaturas pela mesma instituição. Participou do Programa de Iniciação Residência Pedagógica (CAPES). Participou do grupo de estudos “Literatura como Patrimônio, Leitura e Formação do leitor” (PROALE - UFF).